



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
CONCURSO PÚBLICO
Edital nº 70/2021
Cargo: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Instruções

1. Aguarde autorização do fiscal para abrir o caderno de provas.
2. Este caderno contém 40 questões. Se houver qualquer falha de impressão, comunique ao fiscal, para que faça a substituição do caderno.
3. Use os espaços em branco para rascunho; não destaque folhas da prova.
4. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o número impresso é o seu número de inscrição. Comunique ao fiscal se os números forem diferentes. Após a verificação, assine o cartão-resposta.
5. Use caneta esferográfica com tinta preta ou azul escuro para preenchimento do seu cartão-resposta. Não dobre seu cartão-resposta, não o manche ou rasure, nem o amasse, pois ele passará por leitura ótica.
6. Marque cada resposta no cartão, preenchendo completamente o campo que contém a letra correspondente à alternativa de sua opção, conforme modelo:



Em cada uma das questões, só existe uma alternativa que responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve marcar apenas uma alternativa para cada questão. Questões marcadas com duas ou mais alternativas ou deixadas em branco receberão pontuação zero.

7. Lembre-se de que o tempo máximo para a realização desta prova e para o preenchimento do cartão-resposta são três horas.
8. Não utilize nenhum material de consulta. Nenhum rascunho será considerado.
9. Entregue ao fiscal seu cartão-resposta. A não devolução desse cartão implicará sua desclassificação imediata.

LÍNGUA PORTUGUESA – 05 QUESTÕES

Leia o texto a seguir e responda às questões de 1 a 5.

1	NOVAS BULAS
2	Na linguagem popular, a expressão “como bula de remédio” já se tornou sinônima
3	de texto difícil de ler, seja pelas letras pequenas seja pela linguagem obscura. É
4	especialmente cruel o fato de que as letras mínimas causam especial embaraço
5	às pessoas de maior idade, justamente as que mais tendem a precisar de
6	medicamentos.
7	É, portanto, mais do que bem-vinda a iniciativa da Anvisa (Agência Nacional de
8	Vigilância Sanitária) de modificar as regras para a confecção de bulas, visando a
9	facilitar a vida do consumidor. A oportunidade do empreendimento não o torna,
10	porém, mais simples ou mesmo factível.
11	Dentro em breve, a pessoa que comprar um medicamento na farmácia receberá
12	apenas a bula que contém explicações destinadas ao paciente. As informações
13	técnicas – dirigidas aos médicos – constarão de um bulário on-line da Anvisa e de
14	fármacos utilizados em hospitais, além, é claro, dos diversos dicionários de
15	remédios já no mercado. Atualmente, as bulas trazem tanto informações ao
16	paciente como as destinadas aos profissionais de saúde.
17	Com as novas regras, será possível aproveitar melhor o espaço para aumentar o
18	tamanho da letra. A separação dos textos também evitará a duplicação de
19	informações, que freqüentemente gera dúvidas.
20	A principal dificuldade é encontrar a linguagem ideal para a bula ao paciente.
21	Tomam remédios e deveriam ser capazes de entender suas instruções desde o
22	semi-analfabeto até pessoas com formação superior.
23	Se, para os segundos, um termo como “crise epilética” não oferece maiores
24	problemas de compreensão, ele pode ser impenetrável para o público com menor
25	formação. E como substituí-lo sem sacrificar em demasia a precisão técnica?
26	Não há resposta pronta. Sabe-se apenas que ela passa pelo bom senso.
27	Infelizmente, como certa vez proclamou um sábio, o bom senso não foi muito bem
28	repartido entre todos os seres humanos.
	Fonte: Folha de S. Paulo, 25 mar. 2004, p. 2.
	(Disponível em: < http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16026&anchor=5185592&origem=busca&originURL=&pd=08f4021dec82e53391bc8830585429a9 >. Acesso em 10 fev. 2022)

1ª QUESTÃO. Sobre o texto, é CORRETO afirmar:

- A) A ligação entre as condições hospitalares (falta de leitos e equipe reduzida) e o uso inadequado de medicações (prescrições exageradas, superdosagem) geram a necessidade de uma apresentação mais eficiente das bulas.
- B) A junção de elementos ligados tanto ao paciente (histórico de doença e automedicação) e de questões em torno da atuação do profissional da saúde (desrespeito ao paciente e atendimento ineficiente) podem conduzir ao uso mais frequente das bulas.
- C) A união do comportamento do paciente (uso adequado de medicamentos e bom senso) com o aprimoramento das regras linguísticas (aumento da letra e instruções para semi-analfabetos) facilitará o uso das bulas.
- D) A conexão entre a atitude médica (atendimento especializado e consultas mais dinâmicas) e a iniciativa da Anvisa (criação do bulário on-line e disponibilização de dicionários de remédios) contribuirão para o melhor uso das bulas.
- E) A conjugação de fatores materiais (tamanho das letras, grande quantidade e duplicidade de informações), linguísticos (uso de linguagem técnica) e de conteúdo (informações técnicas) comprometem a compreensão leitora das bulas.

2ª QUESTÃO. Considerando os elementos referenciais utilizados no texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. O termo “já” (linhas 2 e 15), em ambas as ocorrências, veicula um sentido locativo e aponta para fatos.
- II. O termo “as” (linha 5) retoma a expressão “pessoas de maior idade” (linha 5) e mantém a coesão textual.
- III. O termo “atualmente” (linha 15) introduz uma circunstância temporal e incide sobre toda a frase subsequente.
- IV. A expressão “os segundos” (linha 23) retoma o nome “remédios” (linha 21) e contribui com a clareza textual.
- V. Os termos “ele” (linha 24) e “-lo” (linha 25) referem-se ao termo “público” (linha 24) e o substitui.

É CORRETO o que se afirma em

- A) I e V, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, III e V, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) III, IV e V, apenas.

3ª QUESTÃO. O prefixo “im-”, em geral, produz um sentido contrário ao da palavra à qual se afixa, como ocorre em “impenetrável” (linha 24). Esse sentido NÃO está presente em

- A) impróprio.
- B) impaciente
- C) impassível.
- D) implantado.
- E) impermanente.

4ª QUESTÃO. Considerando os enunciados (1) “A principal dificuldade é encontrar a linguagem ideal para a bula ao paciente.” (linha 20) e (2) “Tomam remédios e deveriam ser capazes de entender suas instruções desde o semi-analfabeto até pessoas com formação superior.” (linhas 21-22), é INCORRETO afirmar:

- A) O enunciado (2) é uma afirmação que reitera a dificuldade exposta no enunciado (1) em relação à linguagem da bula.
- B) O enunciado (2) apresenta falta de continuidade na sequência “tomam [...] e deveriam [...]” em relação ao enunciado (1).
- C) A utilização do termo “suas”, no enunciado (2), apresenta um problema coesivo ao retomar um elemento que não foi explicitado.
- D) O termo “desde”, no enunciado (2), associado ao “até” expressa uma ordem progressiva entre graus distintos de escolaridade.
- E) A expressão “bula ao paciente”, no enunciado (1), apresenta um uso incomum da forma usual “bula para o paciente”.

5ª QUESTÃO. Considerando o uso do termo “que” (linhas 11; 12; 19; 26), analise as afirmativas a seguir:

- I. Em “[...] a pessoa que comprar um medicamento na farmácia receberá apenas a bula que contém explicações [...]” (linhas 11-12), o termo “que” introduz uma restrição aos seus referentes.
- II. Em “Sabe-se apenas que ela passa pelo bom senso.” (linha 26), o termo “que” introduz uma estrutura complexa com a função de explicar o sentido relacionado à expressão “sabe-se”.
- III. Em “A separação dos textos também evitará a duplicação de informações, que freqüentemente gera dúvidas.” (linhas 18-19), o termo “que” introduz uma explicação sobre o termo antecedente.
- IV. Em “[...] a pessoa que comprar um medicamento na farmácia receberá apenas a bula que contém explicações [...]” (linhas 11-12), o termo “que” introduz uma estrutura para completar o sentido dos respectivos referentes.
- V. Em “Sabe-se apenas que ela passa pelo bom senso.” (linha 26), o termo “que” promove a integração de uma estrutura complexa com a função de completar o sentido da expressão “sabe-se”.
- VI. Em “[...] a pessoa que comprar um medicamento na farmácia receberá apenas a bula que contém explicações [...]” (linhas 11-12), o termo “que” estabelece a coesão ao explicar seus termos antecedentes.
- VII. Em “A separação dos textos também evitará a duplicação de informações, que freqüentemente gera dúvidas.” (linhas 18-19), o termo “que” incorpora ao termo antecedente uma restrição.

É CORRETO o que se afirma em

- A) I, III e V, apenas.
- B) II, III e VI, apenas.
- C) II, IV e VII, apenas.
- D) III, IV, V e VII, apenas.
- E) I, IV, V e VII, apenas.

6ª QUESTÃO. Vinte e um meninos possuem juntos x selos. O maior valor possível para x de modo que se tenha certeza de que existem, pelo menos, 4 desses meninos com a mesma quantidade de selos é igual a

- A) 62
- B) 64
- C) 66
- D) 68
- E) 70

7ª QUESTÃO. João faz uma prova de múltipla escolha com 5 questões, sendo que cada questão tem 5 alternativas. Em cada questão, ele escolhe aleatoriamente a alternativa como sendo a correta. A probabilidade de que ele acerte exatamente duas questões da prova é igual a

- A) 0,1804
- B) 0,1952
- C) 0,2048
- D) 0,3125
- E) 0,4232

8ª QUESTÃO. Uma loja faz uma promoção na compra de um de seus produtos, dando um desconto de $(x/2)\%$ quando o cliente compra x unidades do produto. Porém, esse desconto só é oferecido para compras de até 143 unidades desse produto. O menor valor de x para o qual se pode comprar mais de x unidades do produto gastando-se a mesma quantia de dinheiro é igual a

- A) 54
- B) 57
- C) 60
- D) 63
- E) 66

9ª QUESTÃO. 500 operários produzem 450 peças em 2 dias, trabalhando 7 horas por dia. Para que 400 operários produzam 1800 peças em 6 dias, eles devem trabalhar

- A) 9 horas por dia.
- B) 9 horas e 20 minutos por dia.
- C) 10 horas por dia.
- D) 11 horas e 40 minutos por dia.
- E) 12 horas e 10 minutos por dia.

10ª QUESTÃO. Em um campeonato de futebol, cada time joga com todos os outros uma única vez. Em cada jogo, o time ganha 2 pontos quando vence, 1 quando empata e não ganha e nem perde pontos quando perde. No início do campeonato, todos os times têm zero ponto. No final do campeonato, a soma dos pontos de todos os times é igual a 702 pontos. O número de times que participaram do campeonato é igual a

- A) 19
- B) 21
- C) 23
- D) 25
- E) 27

11ª QUESTÃO. Segundo Simão (2013), são alguns dos componentes físicos que fazem parte da estrutura de uma rede de computadores:

- A) cabo coaxial, roteador, modem e scanner.
- B) cabo de par trançado, hub, switch e roteador.
- C) hub, memória cache, modem e servidor.
- D) cabo de fibra óptica, gabinete, gateway e servidor.
- E) hub, processador, switch e modem.

12ª QUESTÃO. Em sistemas operacionais, como, por exemplo, Windows e Ubuntu Linux, a resolução de tela determina a forma como as imagens, ícones e demais elementos gráficos serão exibidos. Sobre resolução de tela, é INCORRETO afirmar que

- A) o Windows 10 ajusta automaticamente o tamanho da exibição de tela de acordo com o monitor que está sendo utilizado.
- B) quanto mais alta a resolução de tela, melhor a definição e a qualidade de exibição dos elementos.
- C) para alterar as configurações de resolução de tela no Windows 10, é preciso abrir as configurações de **SISTEMA**, item **Tela** e clicar **Configurações de vídeo avançadas**.
- D) para se exibir ícones e demais elementos em um formato maior, a resolução escolhida deve ser de maior intensidade.
- E) para alterar as configurações de resolução de tela no Ubuntu 20.04, é preciso abrir as configurações no item **Monitores**.

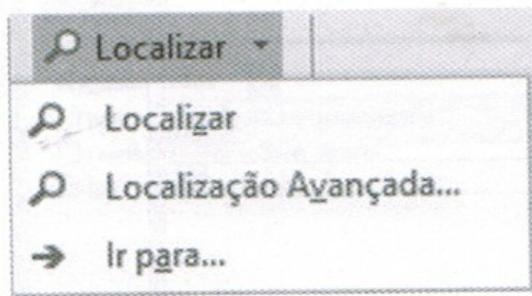
13ª QUESTÃO. No LibreOffice Calc, sobre o recurso de congelar linhas, analise as afirmativas a seguir:

- I. Para congelar uma linha, selecione-a e, em seguida, clique o menu **Janela**, opção **Congelar**.
- II. Também é possível congelar colunas, usando procedimento análogo ao usado para congelar linhas.
- III. Quando linhas ou colunas estão congeladas, elas continuam sendo exibidas mesmo que a barra de rolagem seja utilizada.
- IV. Quando linhas ou colunas estão congeladas, clicar no menu **Janela**, opção **Congelar** faz com que elas deixem de estar.

É CORRETO o que se afirma em

- A) II, III e IV apenas.
- B) I, II e III apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) I, III e IV apenas.
- E) I, II, III e IV.

14ª QUESTÃO. No Microsoft Word 2019, na guia **Página Inicial**, o grupo **Editando** apresenta o botão **Localizar**. Tal botão possui uma setinha que, se clicada, abre o submenu exibido na figura abaixo:



Fonte: Word 2019. Pimentel (2020, p. 101).

Sobre esse assunto, analise as afirmativas a seguir:

- I. O item **Localizar** abre uma barra na lateral do trabalho, na qual se pode digitar o texto que se deseja buscar. Aparecerão na barra todos os pontos do arquivo nos quais a expressão pesquisada foi encontrada.
- II. O item **Localização Avançada...** abre uma caixa de diálogo similar às buscas das versões antigas do Word, que busca a expressão digitada item por item ao se clicar o botão **Localizar Próxima**.
- III. A caixa de diálogo aberta ao se clicar o item **Localização Avançada...** possui uma aba chamada **Substituir**, que permite substituir uma expressão por outra, item por item, ou substituir tudo de uma só vez.
- IV. O item **Ir para...** abre a mesma caixa de diálogo mencionada anteriormente, porém na aba **Ir para**, que permite, dentre outras coisas, ir diretamente para uma página específica ou localizar uma informação em um comentário.

É CORRETO o que se afirma em

- A) I, II e III apenas.
- B) I, II e IV apenas.
- C) I, III e IV apenas.
- D) II, III e IV apenas.
- E) I, II, III e IV.

15ª QUESTÃO. Segundo Machado (2014), o princípio fundamental de segurança da informação que é definido como a capacidade de garantir que o nível necessário de sigilo seja aplicado aos dados, tratando-se da prevenção contra a divulgação não autorizada desses dados é a

- A) integridade.
- B) disponibilidade.
- C) criptografia.
- D) privacidade.
- E) confidencialidade.

LEGISLAÇÃO – 05 QUESTÕES

16ª QUESTÃO. No que diz respeito às regras constitucionais que regulam o regime próprio de previdência social dos servidores públicos, é CORRETO afirmar:

- A) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo e apenas dos servidores ativos, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- B) O servidor vinculado a regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que poderão ser realizadas avaliações periódicas, a critério da Administração Pública, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.
- C) A adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social é vedada em todos os casos em que são concedidos benefícios.
- D) O ente federativo poderá estabelecer, mediante lei complementar, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- E) A percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social é vedada em todos os casos em que o beneficiário faz jus ao benefício de aposentadoria.

17ª QUESTÃO. Sobre o procedimento de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, analise as afirmativas a seguir.

- I. A identificação do requerente, para o acesso a informações de interesse público, não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- II. Exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público são permitidas, mediante justificativa fundamentada.
- III. A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, mesmo sem a anuência do requerente.
- IV. O órgão ou entidade poderá oferecer, sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.
- V. O órgão ou a entidade não poderá cobrar o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.

É CORRETO o que se afirma em

- A) I e IV, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e V, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) IV e V, apenas.

18ª QUESTÃO. Sobre as vantagens pagas aos servidores públicos, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é INCORRETO afirmar:

- A) As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- B) As gratificações e as indenizações incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e nas condições indicados em lei.
- C) A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a três meses.
- D) O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco dias.
- E) A indenização de transporte é concedida ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

19ª QUESTÃO. No que diz respeito aos processos licitatórios, segundo a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é CORRETO afirmar:

- A) A margem de preferência nos processos de licitação poderá ser estabelecida apenas para os produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- B) Os editais de licitação não poderão exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica, ou acesso a condições vantajosas de financiamento.
- C) A execução das obras e dos serviços deve ser programada, sempre, em sua totalidade, com previsão de seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.
- D) É proibido, em qualquer caso, o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, na existência de previsão orçamentária para sua execução total.
- E) As obras e os serviços somente poderão ser executados na forma de execução direta.

20ª QUESTÃO. De acordo com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, é INCORRETO afirmar:

- A) O dado anonimizado é o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando-se a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- B) O tratamento é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, à produção, à recepção, à classificação, à utilização, ao acesso, à reprodução, à transmissão, à distribuição, ao processamento, ao arquivamento, ao armazenamento, à eliminação, à avaliação ou ao controle da informação, à modificação, à comunicação, à transferência, à difusão ou à extração.
- C) O consentimento é a manifestação livre, informada e inequívoca por meio do qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- D) O banco de dados é o conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- E) O dado pessoal é a informação relacionada a qualquer pessoa natural, identificada ou não identificável.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 20 QUESTÕES

21ª QUESTÃO. Em relação à educação a distância em instituição de ensino superior (IES), analise as afirmativas a seguir:

- I. Os polos de educação a distância são unidades descentralizadas da IES no país e no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais dos cursos de educação a distância.
- II. Os diplomas dos cursos de graduação de educação a distância devem identificar a modalidade de ensino.
- III. A oferta de cursos superiores presenciais em instalações de polo de educação a distância e a oferta de cursos de educação a distância em locais que não estejam previstos na legislação não são permitidas.
- IV. Os cursos de educação a distância podem aceitar transferência, aproveitamento de estudos e certificados totais ou parciais obtidos por estudantes em cursos presenciais, da mesma forma que os cursos presenciais em relação aos cursos a distância.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.

22ª QUESTÃO. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases, Art. 52, “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”. Sobre as características das universidades, analise as afirmativas a seguir:

- I. Um terço do corpo docente, pelo menos, deve ter titulação acadêmica de mestrado ou de doutorado.
- II. A produção intelectual institucionalizada deve ocorrer mediante o estudo sistemático dos temas e dos problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.
- III. Um terço do corpo docente deve trabalhar em regime de tempo integral.
- IV. As universidades têm independência plena e regime jurídico próprio.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) II e IV, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.

23ª QUESTÃO. Em relação aos diplomas emitidos por instituição de ensino superior, é CORRETO afirmar:

- A) Os diplomas emitidos por faculdades têm validade provisória.
- B) Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprios registrados.
- C) As instituições universitárias registram seus diplomas nos escritórios regionais do MEC nos estados.
- D) Os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por universidades públicas estrangeiras têm reconhecimento automático no Brasil.
- E) Os diplomas dos cursos de graduação das instituições não universitárias são registrados nos escritórios regionais do MEC nos estados.

24ª QUESTÃO. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art. 30, destaca que “nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas [...]”, devem ser adotadas determinadas medidas. NÃO é uma dessas medidas

- A) a dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência.
- B) a adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.
- C) o emprego de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência, de acordo com a disponibilidade.
- D) o atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços.
- E) a disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência.

25ª QUESTÃO. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases, em seu Art. 9º, lista as incumbências da União, no âmbito da organização da educação nacional. É uma dessas incumbências:

- A) Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios, inclusive escritórios regionais do MEC.
- B) Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar nos níveis fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino municipais, estaduais e privados.
- C) Autorizar, reconhecer, credenciar e supervisionar as instituições de educação técnica de ensino médio.
- D) Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino.
- E) Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às instituições confessionais, exercendo sua função redistributiva e supletiva.

26ª QUESTÃO. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se em determinadas categorias administrativas, de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art 19. Incluem-se entre essas categorias administrativas as instituições

- A) mistas em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- B) particulares, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem à orientação confessional e à ideologia específicas.
- C) semi-estatais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas.
- D) cooperativas, assim entendidas as que são instituídas por professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade.
- E) públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público.

27ª QUESTÃO. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases, Art. 66, a preparação para o magistério superior, far-se-á, prioritariamente,

- A) em cursos de pós-graduação *lato sensu*.
- B) por meio de formação continuada e específica para a área de especialização.
- C) com reconhecimento de notório saber, mesmo sem curso na área afim.
- D) por meio de licenciatura na área afim.
- E) em programas de mestrado e doutorado.

28ª QUESTÃO. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 70, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) são realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis. É/SÃO despesa(s) com MDE

- A) a subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
- B) a concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
- C) a remuneração do pessoal docente e demais profissionais da educação, mesmo em desvio de função.
- D) os programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.
- E) as obras de infraestrutura para beneficiar a rede escolar.

29ª QUESTÃO. Sobre a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas), é CORRETO afirmar que ela deve ser respeitada

- A) em todas as instituições de ensino superior no Brasil.
- B) nas instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio.
- C) nas instituições públicas de ensino superior e de ensino técnico de nível médio.
- D) em todas as instituições de ensino superior e de ensino técnico de nível médio.
- E) somente nas instituições públicas de ensino superior.

30ª QUESTÃO. A meta 14, que consta do Anexo do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, trata da elevação gradual do número de matrículas de pós-graduação. A esse respeito, é CORRETO afirmar que essa meta

- A) tem entre suas estratégias expandir os cursos de pós-graduação *lato sensu* utilizando a educação a distância.
- B) propõe expandir o financiamento das instituições que oferecem pós graduação *lato sensu*.
- C) tem por objetivo ampliar a titulação anual de mestres e doutores na pós-graduação.
- D) objetiva aumentar a oferta de pós graduação *lato sensu* por meio de agências de fomento.
- E) propõe estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

31ª QUESTÃO. O Art. 21 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, trata dos elementos componentes do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). NÃO é elemento que compõe o PDI:

- A) Organização didático-pedagógica da instituição, com indicação da autonomia administrativa e de gestão financeira, observadas as normas do direito financeiro público.
- B) Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira.
- C) Projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais.
- D) Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos.
- E) Relação de laboratórios, instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos.

32ª QUESTÃO. O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, destaca que, no sistema federal de ensino, as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos superiores de graduação e pós-graduação é competência de diferentes órgãos. É um desses órgãos

- A) o Conselho Estadual de Educação.
- B) a Secretaria de Supervisão Universitária.
- C) o Fundo Nacional do desenvolvimento da Educação.
- D) a Controladoria Geral da União.
- E) o Conselho Nacional de Educação.

33ª QUESTÃO. Considerando-se o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, NÃO é dever fundamental do servidor público:

- A) Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- B) Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- C) Manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
- D) Exercer suas atribuições de forma a solucionar todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público.
- E) Apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.

34ª QUESTÃO. De acordo com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é executado por um conjunto de instituições. A respeito do PNAES, é CORRETO o que se afirma em:

- A) As ações de assistência estudantil do PNAES aplicam-se às instituições federais de educação, ciência e tecnologia.
- B) O PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.
- C) A assistência estudantil, de acordo com o PNAES, ocorre especialmente nas universidades públicas, sejam federais, estaduais ou municipais.
- D) O PNAES é dirigido às instituições universitárias do Brasil, sejam públicas ou particulares.
- E) O PNAES é um programa abrangente pois inclui as instituições de Ensino Superior do Brasil (públicas ou particulares) além dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

35ª QUESTÃO. Quando uma instituição de ensino superior (IES) é descredenciada ou encerra a oferta de cursos, resta o acervo acadêmico. Sobre a responsabilidade de guarda do acervo acadêmico, analise as afirmativas a seguir:

- I. É de responsabilidade da mantenedora a guarda e a gestão do acervo acadêmico da instituição.
- II. O representante legal da mantenedora responde civil e penalmente por qualquer irregularidade ou utilização fraudulenta do acervo acadêmico da instituição.
- III. A guarda e a gestão do acervo acadêmico não podem ser transferidas a outra IES, mesmo que essa esteja devidamente credenciada.
- IV. O Ministério da Educação pode transferir a guarda e a gestão do acervo acadêmico para uma das instituições federais de ensino na mesma unidade federativa na qual funcionava a IES desativada.
- V. O acervo acadêmico da IES desativada deve ser encaminhado ao MEC para incorporação ao acervo do setor de IES desativadas/extintas.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, III, IV e V, apenas

36ª QUESTÃO. O funcionamento da instituição de ensino superior ou a oferta de curso sem o devido ato autorizativo configura-se como irregularidade administrativa. Em relação à autorização para o funcionamento dos cursos de graduação, é CORRETO o que se afirma em:

- A) Os institutos de ensino superior, nos limites de sua autonomia, independem de autorização para funcionamento de cursos superiores, exceto nos casos dos cursos de Direito e de Medicina.
- B) As faculdades, desde que estejam com seu credenciamento revalidado, podem criar novos cursos.
- C) A criação de cursos de Direito e de Psicologia é livre por parte da instituição que possui autorização de funcionamento e credenciamento do MEC.
- D) As instituições filantrópicas de ensino superior não necessitam de autorização do MEC para criação de novos cursos.
- E) Mesmo as instituições de ensino superior com autonomia para a criação de cursos superiores devem informar ao MEC os cursos criados por atos próprios.

37ª QUESTÃO. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Sobre o SINAES, é CORRETO afirmar:

- A) O SINAES tem por incumbência avaliar exclusivamente o ensino nos cursos de graduação.
- B) O ENADE, avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação, não se vincula ao SINAES.
- C) O SINAES é realizado por meio de avaliação externa remota, com dados encaminhados pelas IES.
- D) A análise da gestão da instituição é objeto de avaliação *in loco* a ser realizada por delegados do MEC, para composição do CPC, no âmbito do BNI-ES.
- E) A CTAA é um órgão colegiado de acompanhamento dos processos periódicos de avaliação externa *in loco* realizados no âmbito do SINAES.

38ª QUESTÃO. Em relação ao exercício de atividade docente na educação superior, é CORRETO o que se afirma em:

- A) O regime de trabalho docente em tempo integral deve ter, pelo menos, vinte horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, planejamento, gestão e avaliação.
- B) Os docentes das universidades devem lecionar, no mínimo, 12 horas semanais, especialmente, se estiverem em regime de dedicação exclusiva.
- C) Para lecionar nas instituições de ensino superior, os professores necessitam inscrever-se nas secretarias estaduais do MEC.
- D) Os professores das instituições universitárias federais e dos institutos federais de educação científica e tecnológica têm o mesmo regime de trabalho e o mesmo plano de carreira.
- E) O professor universitário em regime de dedicação exclusiva pode acumular outro cargo docente de 20h em outra instituição de ensino.

39ª QUESTÃO. As instituições públicas de educação superior no Brasil devem obedecer ao princípio da gestão democrática. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases, Art. 56, a gestão democrática nas instituições de ensino superior

- A) consolida-se pela autonomia pedagógica, financeira e administrativa, em especial pela capacidade de realizar eleição dos dirigentes das instituições.
- B) estrutura-se pela capacidade de aprovar e executar planos, programas e projetos de investimento referente a obras, além de propor o regulamento das instituições.
- C) institui-se pela existência de órgãos colegiados deliberativos dos quais participam os segmentos da comunidade institucional, local e regional.
- D) constitui-se pela participação dos docentes, servidores e alunos nos colegiados, de forma paritária e democrática.
- E) institui-se com a participação de famílias, empresas, professores, servidores, entidades sindicais e religiosas na escolha dos dirigentes das instituições.

40ª QUESTÃO. A carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD), em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, é regulamentada pelo Ministério da Educação (MEC). Sobre o limite de carga horária EaD permitida pelo MEC aos cursos de graduação presenciais, é CORRETO afirmar:

- A) As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.
- B) A introdução opcional de carga horária na modalidade de EaD está prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em cada curso de graduação, até o limite de 50% da carga horária total do curso.
- C) As atividades na modalidade de EaD nos cursos de graduação presenciais podem ser ofertadas até o limite de 60% da carga horária total do curso.
- D) As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD em seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 30% da carga horária total do curso.
- E) A introdução de carga horária a distância em cursos presenciais fica condicionada à observância das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação Superior, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, até o limite de 20% da carga horária total do curso.